



DOI: 10.12957/transversos.2022.64555

FAZENDA ENGENHO NOVO: HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA NEGRA NA CIDADE DE SÃO GONÇALO

ENGENHO NOVO FARM: ORAL HISTORY AND BLACK MEMORY IN THE CITY OF SÃO GONÇALO

Daiana Sousa Santiago

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ)

sousa_santiago@yahoo.com.br

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira

Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ)

samu_oliveira@yahoo.com.br

Resumo:

O artigo analisa a história e memória negra da Fazenda Engenho Novo, no município de São Gonçalo (RJ). Através da metodologia de História Oral articulada pelo Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo, enfoca o trabalho de memória de Alfredo Pinheiro da Silva e Marcolina Alexandrina da Silva. Na condição de lavradores e se identificando como parte de famílias de afrodescendentes que conquistaram a liberdade no final do século XIX, eles teceram narrativas em torno da fazenda, da luta por direitos e do paternalismo senhorial. O trabalho considera as narrativas desses atores sociais como centrais para qualificar as temporalidades e evidências históricas que permitam compreender a memória do cativo e da liberdade no meio rural fluminense e na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Memórias do cativo e liberdade; Cidadania no pós-abolição; História negra; São Gonçalo (RJ).

Abstract

The article analyzes the history and black memory of Engenho Novo Farm, in the municipality of São Gonçalo (RJ). Through the methodology of Oral History articulated by the Social Movement Occupy Engenho Novo Farm, it focuses on the memory of Alfredo Pinheiro da Silva and Marcolina Alexandrina da Silva. As farmers and identifying themselves as part of afrodescendant families who conquered freedom in the late 19th century, they wove narratives around the farm, the struggle for rights and the paternalism. The work considers the narratives of these social actors as central to qualify the temporalities and historical evidence that allow understanding the memory of slavery and freedom in rural Rio de Janeiro and in Brazilian society.

Keywords: Memories of slavery and freedom; Post-abolition citizenship; Black history; São Gonçalo (RJ).

Meu avô foi escravo mesmo, foi escravo legítimo...Como a senhora perguntou, naquela época, eu não sei como ele veio parar aqui, não sei... (SILVA, 2021).

O testemunho acima é de Alfredo Pinheiro da Silva e se difundiu como vídeo nas redes sociais e nos projetos de educação antirracista articulados pelo coletivo Ocupa Fazenda Engenho Novo, movimento social criado em 2018 por moradores de São Gonçalo (RJ) para o reconhecimento a história negra no município e na região da Baixada Fluminense¹. Alfredo Pinheiro da Silva tem 65 anos, nasceu em vinte seis de outubro de 1956 em São Gonçalo (RJ). Seu pai, Joaquim Pinheiro da Silva, foi um dos sitiantes da Fazenda Engenho Novo e herdou a posição de seu avô Silvestre Pinheiro - liberto que se estabeleceu como arrendatário no sítio da fazenda, na condição de “lavrador”. A memória de tabela² (uma vez que a situação de escravização e as lembranças dessa não foram vivenciadas pelo neto de Silvestre Pinheiro) narra de uma memória negra na localidade.

Outra personagem entrevistada pelo movimento social foi a professora Marcolina Alexandrina da Silva, de 88 anos de idade³. Ela nasceu em São Gonçalo em doze de setembro de 1933, e era bisneta de uma escravizada de nome Marcolina Maria da Conceição. Seu pai, Tito Corrêa de Souza, era pintor e costureiro e sua mãe era lavradora, ambos trabalharam na Fazenda Engenho Novo. Sua família também se tornou arrendatária e sitiante na propriedade, e a memória da terceira geração familiar, assim como a de Alfredo Pinheiro da Silva, narra uma história que entrelaça as vivências de cativo e liberdade na conformação de uma posição de

¹ Alfredo Pinheiro da Silva concedeu entrevista audiovisual para a pesquisadora Daiana Sousa Santiago e ao assistente social Marcelo Iname Monção, em 04 de agosto de 2021. A entrevista teve duração de aproximadamente 120 minutos, foi feita com um roteiro com foco na trajetória familiar e de vida e se encontra guardada no acervo privado do Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo. Alfredo da Silva é o único remanescente da família Silva que ainda reside no entorno da Fazenda Engenho Novo, e apoiou o movimento social como uma forma de narrar a história da localidade e de sua família.

² O conceito “memória de tabela” foi utilizada por Michel Pollack (1989, 1992) para identificar memórias compartilhadas por uma comunidade, definindo sua identidade social, mas que não foram vivenciadas diretamente pelos atores que narram os eventos. No contexto da pesquisa, tem-se a narrativa do cativo e liberdade narrada por famílias afrodescendentes que se tornaram lavradores e moradores da região da Fazenda Engenho Novo.

³ Marcolina Alexandrina da Silva concedeu duas entrevistas. A primeira em áudio na data de 13 de janeiro de 2021, em áudio, e com duração de 50 minutos. Ainda que debilitada por problemas de saúde, ela recebeu, com o apoio da família, os pesquisadores Naila Regina da Silva Martins, Juliana dos Santos Duarte Bernardo e Daniele Gonçalves Fontoura. A segunda entrevista ocorreu em 13 de outubro de 2021; a professora Marcolina recebeu novamente Daniele Gonçalves Fontoura e Daiana Sousa Santiago, e concedeu uma entrevista gravada em vídeo, com duração de 50 minutos. Ambas entrevistas tinham um roteiro com foco na trajetória familiar e de vida, e se encontram guardadas no acervo privado do Movimento Ocupa Engenho Novo. Não só Marcolina Alexandrina como seu filho e sua neta, respectivamente Valter Ataliba Pereira da Silva e Camila Pereira da Silva Martins, apoiaram a iniciativa do coletivo na esperança de ver a Fazenda Engenho Novo, local em que viveram seus antepassados, revitalizada e de ter registrada a sua história familiar.

“lavrador” na configuração sócio-política do município de São Gonçalo. Ambas as personagens são identificadas como guardiães da memória coletiva na localidade, envolvendo-se em diferentes lutas pela conquista da cidadania.

O objetivo desse artigo é analisar as entrevistas de História Oral dos dois sitiantes, enfocando uma memória silenciada na história da cidade e da fazenda, em que prevalece um enquadramento que exalta a figura aristocrática e caridosa do Barão de São Gonçalo e das elites municipais. Parte-se da percepção de que a memória é uma construção social atravessada por relações de poder: a partir das análises de Maurice Halbwach (2013), que reconheceu a memória ligada a manutenção da coesão, identidade e organização dos quadros sociais numa sociedade, Pollack (1989, 1992) problematizou a forma como as relações de poder moldam e constroem as lembranças. Ao contrário de ser algo natural, as memórias inscrevem-se num trabalho de enquadramento das imagens do passado, legitimando práticas e hierarquias, e silenciando algumas versões e interpretações.

As entrevistas de História Oral participam dessas construções sociais e possibilitam reconhecer memórias e identidades “subterrâneas”, “silenciadas” nas relações de poder numa dada configuração sócio-política. Em diálogo com Pollack, Verena Alberti (2004) evidencia que, mais do que recuperar indícios ausentes em outras fontes, a História Oral realiza um trabalho de memória, elaborando interpretações e construindo um quadro de evidências da experiência de grupos que são sujeitos da história a partir de posições sociais divergentes. As narrativas construídas por Alfredo Pinheiro da Silva e Dona Marcolina falam de uma história negra na Fazenda Engenho Novo e em São Gonçalo. São narrativas de descendentes de libertos, e articulam memórias sobre o significado da escravização e da conquista de liberdade e cidadania para suas famílias.

As entrevistas foram concedidas ao movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo no ano de 2021. É importante ressaltar que elas foram realizadas mediante prévio diálogo dos pesquisadores do movimento social com os entrevistados, quando se enfatizou a importância dos mesmos enquanto “memória viva” daquela localidade. Ao longo desse processo, a professora Marcolina, seus familiares, e Alfredo Silva consideraram-se parte atuante e colaborativa do movimento social. Na perspectiva da história oral e pública⁴, trata-se da construção de uma

⁴ A noção de história pública é um dos aportes que tem permitindo requalificar as práticas historiográficas, a partir de lugares não convencionais e diferentes dos acadêmicos. E a noção de *shared authority* tem sido a apropriada em

narrativa e conhecimento sobre o passado recente *com* os atores sociais, e devolvendo as narrativas *para* a comunidade através de projetos educacionais e culturais⁵.

E a partir das entrevistas de história oral com Alfredo Pinheiro Silva e Marcolina Alexandrina da Silva, o artigo investiga os significados de uma história negra na Fazenda Engenho Novo. Na primeira, situamos a relação entre oralidade e história negra na discussão do pós-abolição e na forma de atuação do movimento social. Na segunda parte, analisaremos a memória familiar dos personagens e as narrativas de escravização e liberdade que se articulam em torno da Fazenda Engenho Novo.

1. História Oral: a oralidade e as memórias do cativo e liberdade

O debate sobre oralidade, memória e a reivindicação de reconhecimento da identidade negra e diaspórica é central na construção da História Oral enquanto prática acadêmica e social. Nos anos 1970, a ascensão dos movimentos negros e a descolonização da África deslocaram o debate sobre as identidades nacionais e sociais. A oralidade de diferentes grupos e famílias apareceu como um caminho para o debate e a problematização da história das sociedades do continente africano, dos processos de escravização e da diáspora na formação do mundo moderno e contemporâneo. Isso ocorreu em diferentes escalas nacionais, e teve como referência internacional o projeto da *História Geral da África*. Patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no início dos anos 1960 e construída coletivamente a partir do processo de descolonização e independências nas décadas seguintes, essa obra colocava ênfase no significado da oralidade na formação dos arquivos e das histórias nacionais e das civilizações do continente africano. Tinha-se em conta que parte significativa da história poderia de ser acessada e recontada através da oralidade, uma vez que os registros e arquivos escritos, normalmente produzidos sob influência eurocêntrica, eram saturados de uma visão colonialista (SANTANA, 2018).

diferentes contextos para perceber e também estabelecer novas articulações na construção do conhecimento histórico. Cf. ALMEIDA, 2016; FRISCH, 2016.

⁵Parte dos relatos de Alfredo Silva e Dona Marcolina foram usados em projetos educativos e socioculturais desenvolvidos na localidade e estão disponíveis na plataforma do YouTube mantida pelo movimento social. Cf. Relato de Alfredo Silva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V82aYJL7aqq>, Acesso em 14 abr. 2022; Relato de Dona Marcolina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZYYZKRg65Yg>, Acesso em 14 abr. 2022.

O texto seminal de Alex Haley “História Negra, história oral e genealogia”, apresentado no Sétimo Colóquio Anual de História Oral da Associação de História Oral norte-americana (1972) e posteriormente publicado no primeiro número da *Oral History Review* em 1973, ganhou evidência internacional, pelo romance e série televisiva *Negras Raízes* (“Roots: the saga of an american family”) nos anos 1970 e 1980⁶, e apontou o seguinte problema analítico: a “história foi escrita pelos vencedores, o que estraga tudo desde o começo”, sendo a História Oral um caminho para investigar e reunir os “arquivos negros” dispersos na diáspora (HALEY, 2021: p.217). Identificava-se a possibilidade de reconhecer e recolher as oralidades de diferentes narradores para recompor rastros e arquivos da história que haviam sido apagadas ou silenciadas na história oficial. A genealogia das famílias era um caminho para analisar as experiências e os fragmentos que remetiam aos trânsitos da vida em África e na América. Em *Voz do Passado* (1992), Thompson, em diálogo com Haley, enfatizava a fluidez dessa oralidade, que se alterava de acordo com o contexto e as relações estabelecidas pelo narrador, bem como a importância de situar a posição de quem contava a história (o lugar social do “portador de memória”), para reconhecer os rastros e indícios dessa memória e para se construir a crítica dessa fonte em relação aos outros registros. A crítica repercutia em grande medida a recepção que a intervenção que Alex Haley teve na Associação de História Oral norte-americana e no debate sobre a prática de história oral (ALBERTI, 2021: p.192-193).

O debate esteve longe de se restringir à prática e à institucionalização da História Oral anglo-saxônica, e esteve na base de uma série de incursões de pesquisa que flertavam ora com o entusiasmo heurístico em relação às entrevistas na pesquisa sócio-histórica, ora com o ceticismo em relação às possibilidades de uma escrita da História a partir da oralidade. No Brasil, os historiadores, sociólogos, antropólogos e militantes, vinculados ou em parceria com movimento negro, também recuperavam e valorizavam as entrevistas de história de vida para contar uma história negra que problematizava a escravidão e as condições da liberdade na construção da cidadania após a Abolição. A prática de Maria Beatriz do Nascimento (NASCIMENTO, 1982; RATTS, 2006; OLIVEIRA, 2021), as transformações da história social da escravidão e o debate do pós-abolição (MATTOS, LUGÃO, 2005; DOMINGUES, 2019), bem como as análises da sociologia das relações raciais inspiradas nos estudos da UNESCO no Brasil (GUIMARÃES,

⁶ Tanto a série televisiva quanto o romance escrito por Alex Haley situam-se entre o campo da História e ficção, e ganharam evidência no debate público sobre a história norte-americana e da diáspora negra. A intervenção de Haley geraram debates na historiografia, na militância política e inspirou práticas sociais diversas Cf. ALBERTI, 2021.

2005; PEREIRA, 2013), nos dão conta de uma prática de entrevista na pesquisa social e histórica que questiona o lugar do negro na sociedade, sua contribuição para a formação do Brasil e os problemas relacionados ao processo de abolição e do “racismo à brasileira”.

Nos anos 1990 e 2000, os trabalhos de história oral do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI) da Universidade Federal Fluminense constituíram um marco nesse processo, por sistematizar uma prática, constituir um fórum de debates para o tema, e marcar a formação de vários pesquisadores que atuam no campo. O livro *Memórias do Cativo* (2005) constitui uma virada para o debate brasileiro, na discussão da memória da escravização. Utilizando acervos de história oral produzidos por outros pesquisadores e realizando entrevistas para formar um *corpus* de oralidades analisadas como um “etnotexto”, em que se considerava as semelhanças de formas narrativas, de uso de expressões e vocabulários, e de marcações temporais e práticas sociais como um “substrato cultural comum dos indivíduos entrevistados” (MATTOS & LUGÃO, 2005: p.41).

Hebe Mattos e Ana Lugão consideraram a historicidade dessas narrativas, evidenciando a construção de diferentes temporalidades marcadas pelo tempo do “cativo” e pela história da conquista da “liberdade”. Ao contrário de interpretações teleológicas e de posições fixas, que marcariam a condição do escravo e a condição do livre, as autoras mostraram a fluidez dessas posições na construção das memórias de um campesinato negro formado no século XIX e início do século XX. As análises também apontaram para significados e memórias afrodiaspóricas nessa população, através de marcações de pertencimentos e práticas culturais e sociais (como o Jongo) que se situam no trânsito cultural entre África-Brasil e no estabelecimento de uma identidade negra no meio rural e em “quilombos” (MATTOS, 2013 a, 2016; MATTOS, ABREU, 2013).

O trabalho do LABHOI e de outros pesquisadores do pós-abolição diferenciavam-se por deslocar o debate historiográfico, colocando em primeiro plano as expectativas das famílias e comunidades negras no processo da emancipação da escravidão. A oralidade das entrevistas possibilitava realizar análises que problematizavam uma narrativa de anomia social da população negra no final do século XIX e início do XX, e que colocavam em evidência a agência desses atores sociais. De acordo com Petrônio Domingues, essa perspectiva foi uma das contribuições fundamentais da historiografia do pós-abolição, sendo que as pesquisas de história oral permitiam “desvelar as formas como as pessoas (re)organizaram sua vida, incluindo situações de negociação, conflito, resistência, acomodação e decisões estratégicas” (DOMINGUES, 2019: p.111). Assim,

longe de ser secundária ou marginal, a oralidade tornou-se central na renovação da historiografia, na compreensão da história negra em diferentes contextos e configurações sociais.

E o Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo reconhece esse campo de discussão teórico e prático. Criado em 2018, esse coletivo tem como objetivo o resgate histórico do patrimônio material da fazenda e, para tanto, utiliza a oralidade dos afrodescendentes que vivem no entorno da fazenda – estes possuem memórias e trajetórias representativas dos afrodescendentes na cidade de São Gonçalo. Nesse sentido, o movimento social promoveu ações culturais ocorridas no município de São Gonçalo, como os “21 Dias de Ativismo Contra o Racismo”, tanto em 2018, quando ocorreu um café da manhã na Fazenda em 24 de março, quanto em 2019, na exposição “Quem somos”. Em 2019, também foi realizado o “Café da Manhã, Sarau e Apresentações” no dia 23 de novembro, em comemoração ao mês da Consciência Negra. Nesse mesmo ano, passou a contar com um grupo de pesquisa formado por cinco professores/pesquisadores de história⁷ e um assistente social para gerir as atividades relacionadas ao mapeamento histórico e em ações com enfoque na educação antirracista e revitalização da Fazenda Engenho Novo, hoje em ruínas.

O coletivo recebeu aporte financeiro para executar parcialmente o projeto no biênio 2020/2021, através da Lei Aldir Blanc,⁸, atualmente, conta com o apoio do movimento negro, na figura jurídica da União de Negros pela Igualdade do Rio de Janeiro (UNEGRO), fundada em 1988, e com o apoio da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra, conduzida pela Ordem dos Advogados do Brasil de São Gonçalo⁹. Em 2021, além da elaboração de roteiro e execução das entrevistas dos relatos aqui mencionados, realizou-se uma intervenção pedagógica em duas escolas municipais próximas a Fazenda Engenho Novo: um concurso cultural denominado “A história que não vivi”. O concurso teve autorização da Secretaria Municipal de

⁷ Dois dos cinco pesquisadores trouxeram a experiência da graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da pesquisa com história oral e memória do Centro de memória da Imigração da Ilha das Flores, coordenado pelos historiadores Luiz Reznik e Rui Aniceto Nascimento Fernandes. Tal grupo trabalha com memória e oralidade dos imigrantes que passaram pela Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, localizada no atual bairro do Paiva no município de São Gonçalo.

⁸ O projeto Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo foi contemplado pelo edital nº 01/2020 “Retomada Cultural RJ”, que dispõe sobre a premiação financeira para propostas de produções culturais realizadas no estado do Rio de Janeiro, com fundamento na Lei Emergencial nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade em função da pandemia da Covid-19.

⁹ No início de 2016, a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil foi criada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a fim de fazer um resgate histórico do período escravocrata brasileiro e discutir formas de reparação.

Educação de São Gonçalo (RJ) e possibilitou aos membros do coletivo realizarem aulas sobre a história da Fazenda Engenho Novo.

As ações do movimento inscrevem-se no marco do debate da democracia e dos direitos humanos, problematizando a memória da escravidão e a reparação para a construção da equidade racial. Articula-se aos preceitos da Constituição Federal, que considera crime o “preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988: Art.3º, IV), combatendo o racismo. Além disso, o trabalho do coletivo aponta pelo fim da desigualdade social e racial, empreendendo a reeducação das relações étnico-raciais que não são tarefas exclusivas das escolas, mas da sociedade como um todo. O coletivo espera auxiliar na construção de conhecimento incentivando reflexões acerca da história de São Gonçalo e significativamente da história da população negra nesta região, uma vez que a Constituição, citada anteriormente, visa à obrigatoriedade do ensino na educação básica da “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003: Art. 26A, § 1, acrescido a Lei 9394/1996).

A prática de História Oral articulada pelo Movimento Ocupa inscreve-se no tempo presente, constituindo uma troca estabelecida entre o movimento social, que procura reconhecer a cidadania e identidade negra no município de São Gonçalo e entre os moradores da região da Fazenda Engenho Novo. As performances de história oral recolhidas estão inscritas nas “trocas de olhares” estabelecida pelo Movimento Ocupa, as famílias de afrodescendentes e a comunidade de destino dos entrevistados (PORTELLI, 2010). Ao mesmo tempo em que as entrevistas são pautadas por essas relações sociais e políticas, a prática de História Oral do movimento também grava uma “ordem simbólica da vida cotidiana”, em que a memória não é “uma categoria psicológica, mas sim a ‘transmissão e elaboração de histórias passadas e conservadas através de redes sociais em pequena escala – histórias que muito frequentemente podem ser adaptadas a uma variedade de interações sociais, incluindo uma entrevista” (SMITH, 2012: p.17).

2. A Fazenda Engenho Novo e a oralidade negra dos “sitiantes”

A Fazenda Engenho Novo ficou conhecida por ter pertencido a Belarmino Ricardo de Siqueira, o Barão de São Gonçalo, no período de 1818 até seu falecimento em 1873. O Barão de

São Gonçalo não possuía herdeiros diretos e nomeou seus dois sobrinhos e suas quatro irmãs como sucessoras. A Fazenda deveria ficar em usufruto vitalício para os familiares do barão; mas, em 1897, após à morte de Anna Isabel Sodré e Souza, irmã do Barão, ela entrou em litígio. Joaquim Serrado Pereira da Silva, um político, fazendeiro e comerciante da cidade de São Gonçalo se casou com dona Cecília, sobrinha do Barão, e por “achar que ela possuía uma parte da Fazenda Engenho Novo, comprou as outras partes” (SILVESTRO, 2007: p.16), e requereu ao Juiz de Direito a posse da Fazenda (AZEVEDO, 2015).

No século XIX, a Fazenda Engenho Novo inseria-se na sociedade escravista gonçalense, e utilizava como base o trabalho escravo dos africanos e de seus descendentes libertos. Produzia, além do açúcar e da aguardente, frutas, legumes, hortaliças, arroz, feijão e mandioca, que abasteciam o mercado interno e a cidade do Rio de Janeiro. A propriedade teve grande influência na economia gonçalense, sendo exportadora de citros para outros países da América latina e Europa, porém, as exportações foram dificultadas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A partir de meados do século XX, São Gonçalo passou por um período de urbanização e surgimento de indústrias, gerando expressivo desenvolvimento urbano. Tal processo refletiu em crescimento da população urbana e abandono de lavouras por famílias que buscaram nas indústrias, novas perspectivas de vida. E, a partir de 1970, a indústria perdeu o folego em São Gonçalo com o processo de desindustrialização da região metropolitana do Rio de Janeiro. Nesse processo, muitas fazendas foram fracionadas e transformadas em loteamentos. Desse modo, a Fazenda Engenho Novo foi vendida pela família Serrado em 1989 para Deusderito Belmont Netto, com seus laranjais em decadência. O novo dono explorou a extração de aréola nas terras, desprezando atividades agrícolas dentro e fora da Fazenda, o que gerou um desgaste entre este e os antigos moradores da comunidade rural de Monjolos, e engendrou uma luta pelo direito de moradia e reforma agrária.

Em 1993, as terras da fazenda foram desapropriadas pelo ITERJ (Instituto de terras e cartografia do Estado do Rio de Janeiro), dando origem ao Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. Desde então a sede da fazenda, passou por um processo de degradação e abandono, sofrendo depredação, vandalismo, ação do tempo e da natureza por falta de manutenção, tendo seu acervo histórico furtado. Em 1998, ocorreu o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda Engenho Novo pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio

Cultural) mas não houve preocupação de promover a manutenção e preservação do da estrutura arquitetônica, transformando-a gradativamente em ruínas. Em 2011, o governo do Estado, representado pelo ITERJ foi intimado a tomar providências, porém, as obras emergenciais feitas acabaram descaracterizando sua sede original.

O assentamento rural Fazenda Engenho Novo atualmente conta com 147 famílias, que se denominam sitiantes, e dos quais alguns são descendentes de meeiros e ex-escravizados; mais da metade deles possuem o título de posse de suas terras e alguns demonstram sentimento de pertencimento ao local, sua história e o que ele representa¹⁰. Esse é o caso de Alfredo Pinheiro da Silva que se identifica como descendente de Silveiro Pinheiro, carpinteiro e músico da Fazenda Engenho Novo no século XIX:

Meu pai contava que trabalhava na Fazenda Engenho Novo com meu avô com 10 anos de idade. No começo da vida do meu pai na Fazenda Engenho Novo, começou do meu pai pra ele, trabalhava com meu avô, cuidava dele, de laranjeira e serviços gerais. O serviço de meu avô, segundo meu pai dizia, era músico, era carpinteiro. Tinha carpinteiro, trabalhava em carpintaria, inclusive; tinha uma mala de ferramenta, só ferramenta cara, que hoje não se acha mais daquela época. E conseqüentemente meu pai prestava o serviço aqui. Prestava serviço aqui depois da libertação, né? Meu avô, aliás, depois da libertação... Aí conclusão, quando foi com 18 anos de idade, meu pai dizia que liberou ele com 18 anos de idade. Meu pai começou a assumir o sítio na fazenda, trabalhando lá, depois trabalhava com meu avô e tal (SILVA, 2021).

No relato de Alfredo Pinheiro da Silva, a terra e a propriedade aparecem como um direito constituído desde a época da “libertação”; nascido em 1956, ele teria herdado a posição de sitiante de seu avô, “seu Silvestre” – uma referência para se referir sobre a memória do cativo e da libertação na fazenda. Aqui, destaca-se as habilidades de seu avô como carpinteiro e músico, fato que lhe conferia destaque social na configuração social da Fazenda no final do século XIX e início do XX. Diferente do relato de migração e deslocamento dos trabalhadores negros na crise do sistema escravista, “seu Silvestre” se fixou na região da Fazenda Engenho Novo, realizando serviços locais e garantindo acesso à terra na condição de lavrador.

¹⁰ Em meio ao processo de urbanização, os movimentos de luta pela reforma agrária foi perdendo espaço na cidade e, apenas no início dos anos 2000, voltou a ganhar forças com a reestruturação da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo (APRAFEN) e com a reativação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo. Cf. AZEVEDO, 2015

Diferente do consenso sobre grande migração negra no pós-abolição, quando os libertos e livres usaram do direito de ir e vir para migrar, construir sua liberdade em outras localidades e se distanciar das fazendas em que trabalhavam sob cativo, a família de “seu Silvestre” se fixou na terra, negociando melhores condições de vida através da posição de sitiante da Fazenda Engenho Novo¹¹. Longe da ideia de anomia e despreparo dos ex-escravizados, a oralidade evidencia uma agência que pressupõe uma relação de negociação e conflito com o paternalismo senhorial e com as expectativas dos membros da família em se manter unidos no trabalho da lavoura. No relato de Alfredo da Silva, sempre há referência de alguns “parentes” e “amigos” que saíram da fazenda na tentativa de melhorar de vida, e como a escolha por permanecer na condição de lavrador foi vivenciada num arranjo que era tenso¹².

Na memória social, também há uma confusão entre a figura do “Barão de São Gonçalo” e do “coronel Serrado”, que tomou posse da fazenda na década de 1890. Essas eram figuras identificadas como a aristocracia rural de São Gonçalo no período em que predominou a economia agrária no município, e da qual se constitui as relações de dependência na região da fazenda. A memória remete ao tempo da “libertação” e as estratégias de construção de sua família na configuração de uma economia rural, onde o paternalismo senhorial servia para demarcar uma estratégia de dominação das elites agrárias, mas também de resistência das famílias negras na negociação de sua autonomia e emancipação.

Além da oralidade, os documentos guardados por Alfredo Silva demarcam essa posição de sitiante e arrendatário, delimitam a linguagem do paternalismo senhorial que atravessa as narrativas do meio rural fluminense, e evidenciam a ressignificação desses vínculos senhoriais na luta pelos direitos e autonomia das famílias que trabalhavam na Fazenda Engenho Novo. Destaca-se aqui uma carta endereçada ao seu avô Silvestre Pinheiro, em 1938:

Ilmo. Sr. Silvestre Pinheiro

Saudações

É com bastante contrariedade que venho comunicar ao amigo que a partir de Janeiro de 1939 o vosso arrendamento será cobrando a razão de 200\$000 (duzentos mil réis) por alqueire e 25\$000 de imposto territorial. Peço ao amigo levar em consideração que há 15 anos o vosso arrendamento tem sido mantido o mesmo e se agora venho fazer

¹¹ Sobre o debate da migração negra no pós-abolição e as negociações dos arranjos de liberdade e cidadania numa perspectiva crítica ao senso comum da anomia dos ex-escravizados cf. MATTOS, 2013; COSTA, 2015; MOSMA, 2016.

¹² Essa mesma situação tem semelhança e homologias com a experiência e memória familiar de Dona Marcolina.

essa desagradável comunicação é porque circunstancias e motivos de força maior assim me obrigam.

V.Excia até a presente data ainda paga também o mesmo imposto territorial, quando este já nos foi aumentado quatro vezes mais; porém a contrariedade de vos comunicar aumento é tal que até hoje tenho preferido pagar a minha custa este aumento.

Peço ainda ao amigo ponderar que o valor das terras que ocupa, está lançado para a cobrança do imposto territorial em que ocupa, em quatro contos de réis por alqueire e que a base do novo arrendamento não vai a juros de 5% ao ano porque neste valor estão incluído também terras ocupadas com estradas, caminhos, rios, etc. que nada rendem.

Acredita encontrar a melhor boa vontade minha parte em servir a todos que moram em nossas terras pois não os considero como arrendatários mas como verdadeiros amigos e tudo tenho feito para merecer esta amizade, não como proprietário comum, mas como colega porque arrendatário também sou; e se bem que as coisas no momento não nos correm favorável, não posso negar ao proprietário o direito de usufruir um juro de 5% ao ano; dando-nos todas as garantias. Em tempo declaro que aceitarei qualquer porção de terra que não queira continuar arrendada deduzindo o arrendamento proporcional da mesma.

Amigo obrigado (CARTA...,1938)

A carta foi datilografada pelo responsável pelo arrendamento das terras, Bhaltazar Serrado, filho do coronel Serrado, e foi enviada às várias famílias que ocupavam a região. Trata-se de um documento arquivado por Alfredo Silva, mas que estabelece a conexão entre a identidade familiar negra, a partir da posição e liberdade alcançada por Silvestre Pinheiro, e a situação coletiva das famílias de lavradores que se encontravam na região. Nela tem-se a reprodução de todo um discurso que mostrava a família do coronel Serrado como “amiga”, em que se evidencia a “boa vontade” para com os sitiantes, e demarca o fato do arrendamento das terras não serem reajustados há 15 anos, fato grifado pelo remetente da carta. De forma velada, existe a ameaça de que a terra cultivada pela família de Silvestre Pinheiro seria retirada de sua posse caso o arrendamento majorado não fosse pago; o final da carta é conclusivo quando sugere que aceitará “qualquer porção de terra que não queira continuar arrendando”.

O documento é fundamental para compreender a força das relações paternalistas tecidas na configuração da Fazenda Engenho Novo. A condição de sitiante da Fazenda Engenho Novo foi construída na passagem do século XIX e XX, quando os senhores de terra e escravos tentavam garantir força de trabalho para a manutenção da economia agrária, fazendo concessões aos trabalhadores escravizados e libertos, num sistema social em crise. Após a Abolição essa condição de dependência e paternalismo senhorial se atualiza, constituindo uma das chaves para interpretação das relações sociais. Analisando o contexto fluminense e rural, Hebe Mattos (2013)

observou como a crise do sistema escravista na segunda metade do século XIX criou novas condições para a conquista de liberdade para os trabalhadores escravizados e libertos, buscando fixar-se na terra e construir suas comunidades e famílias, e como os senhores buscaram manter a propriedade agrícola, limitar o acesso à terra, e renovar as formas de exploração da força de trabalho para garantir seu domínio. Isso gerou um tipo de cidadania subalternizada para os afrodescendentes que permaneceram como lavradores no meio rural fluminense.

As relações de dependência no paternalismo senhorial, em relação à família do Barão de São Gonçalo e depois estendida para a posição da família do coronel Serrado, tinha significados distintos para os “lavradores”. Como fica evidente no documento, o mandatário reconhecia a “posse” das famílias na localidade e iniciava a justificativa de majoração do arrendamento dos sítiantes com uma longa desculpa que evidenciava o “motivo de força maior” que justificavam o aumento. Essa ideologia paternalista senhorial terminava também por reconhecer o direito costumeiro dos sítiantes em permanecer no local e estabelecer lavora que permitia a reprodução da estrutura familiar. As análises de E.P. Thompson sobre o mundo do trabalho podem nos ajudar a compreender o significado da linguagem do paternalismo senhorial na sociedade brasileira. No livro *Costumes em Comum* (1998), o autor evidencia que o paternalismo gerava noções de direito baseado no costume, organizando pelas relações interpessoais e de dependência, mas também participava da formação da identidade do trabalhador, da noção que esse tinha de direito comum e justiça social. Nesse sentido, alguns autores tem indicado que a patronagem na sociedade brasileira não só perpetuou o domínio e acomodação dos interesses das elites com o clientelismo e a dissuasão das reivindicações dos de baixo, mas também estabeleceu um campo de conflito e negociação e uma noção de direitos costumeiros e justiça que atravessou diferentes relações de trabalho e lutas sociais na escravidão e nas formas de trabalho livre (THOMPSON, 1998; NEGRO, 2004; GOMES, NEGRO, 2006; MATTOS, 2013).

Considerando esses debates, percebe-se como a carta de Balthazar Serrado desnuda a linguagem do paternalismo senhorial na configuração da Fazenda Engenho Novo e na memória coletiva local. E não é trivial que nela a autoridade pública apareça como uma ameaça, por estabelecer a majoração do imposto territorial, e ameaçar tanto o domínio senhorial da família do coronel quanto o direito costumeiro do sítiante e lavrador. Nesse sentido, é importante ressaltar ainda que a carta está datada em 18 de maio de 1938, momento em que está em voga o Estado Novo e toda uma política voltada para o trabalhador, dinamizada pelo discurso da

“Revolução de 1930” e pela criação do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria. A legislação trabalhista afetava principalmente o meio urbano e as relações do operariado reguladas pela carteira de trabalho, e, juntamente com o processo de industrialização e urbanização, afetava a expectativa de cidadania e direitos dos trabalhadores nacionais na segunda metade do século XX (GOMES, 2005; CARVALHO, 2001). A linguagem paternalista da carta da era uma tentativa efetivar uma dependência que estava ameaçada pela mudança na estrutura social que abria outros caminhos de mobilidade social e constituição da cidadania para os trabalhadores no Brasil.

Nesse processo de transformação das relações de trabalho e também da transformação econômica da região, que seria identificada como “Manchester Fluminense”¹³ no processo de industrialização na segunda metade do século XX, a família constituída por Silvestre Pinheiro também permaneceu no meio rural como arrendatária. Alfredo Silva Pinheiro nasceu em 1956 na fazenda que vinha sendo arrendada pelo avô e pai (Joaquim Pinheiro da Silva) e criou uma relação visceral com a terra – diferente de seus irmãos, ele sempre se negou a sair e migrar para outra região e era mais próximo dos pais. Nos anos 1990, Alfredo fala do tempo da “muvuca” – o conflito dos sitiantes contra os “grileiros” e proprietários para terem seu direito de posse reconhecidos. A memória afrodescendente e os diferentes documentos arquivados pela família de Silvestre Pinheiro serviram para justificar a luta pelo direito de permanecer na localidade e garantir o direito a terra, através da desapropriação feita pelo ITERJ em 1993 (SILVA, 2021).

A outra entrevistada pelo Movimento Ocupa que também demarcou as relações paternalistas senhoriais na configuração da Fazenda Engenho Novo é a de Marcolina Alenxandrina da Silva (“Dona Marcolina”). Ela nasceu em 1933 e identifica-se também como afrodescendente, bisneta de escravizados que conquistaram a liberdade e permaneceram como sitiantes e lavradores na fazenda. Herdou o nome de sua bisavó (Marcolina Maria Conceição), que foi escravizada “numa fazenda, na mata, por perto”. Segundo seu relato,

“eu sei que ela foi pega numa mata, sobre aquele quartel. Esqueci de perguntar [aonde]. Ela foi pega, ela correu (...) Ela tinha sangue de índio também. Ai, os caçadores dissertam ‘não precisa se jogar daí não, nós não vamos fazer nada com você, só vamos conversar e tirar você dessa mata virgem’. Ai levaram ela” (ALEXANDRINA DA SILVA, 2021 b).

A escravização da bisavó levou a família ficar sob dependência do Barão de São Gonçalo e, posteriormente do Coronel Serrado, com seu pai, trabalhando como lavrador, e sua avó

¹³ A expressão “Manchester Fluminense” é corrente na memória e história oficial do município para se referir ao desenvolvimento industrial; também foi usada por um dos principais memorialistas do município cf. PALMIER, 1940.

trabalhando na casa sede da fazenda. Os dois donos da fazenda no século XIX e início do XX também se misturam na lembrança dos tempos do cativo e liberdade da família de Marcolina, o que sinaliza que também partilha das práticas e linguagem do paternalismo senhorial analisadas a partir da narrativa e trajetória de Alfredo da Silva. Ao ser perguntada se a Lei Áurea libertou os escravos, Marcolina nos deu uma resposta inusitada:

- A Lei Áurea libertou os escravos?

É ... ela trouxe lá do governo, no nome dela, que todo fazendeiro teria que dividir as terras da fazenda com os que trabalharam de graça até naquela época. Assim o fazendeiro fez, dividiu as terras da fazenda pra cada ex-escravo. [Para] minha avó, ele deu, ainda deu até o recibo. (ALEXANDRINA DA SILVA, 2021 a).

A família de dona Marcolina herdou a condição de sitiante de sua avó. Ela demarca o tempo da “Lei Áurea” como sendo aquele em que o governo teria obrigado os fazendeiros a “dividir a terra”. De novo, temos uma narrativa que vai se referir a geração familiar de afrodescendentes que viveu a crise do escravismo na região fluminense através do estabelecimento de um paternalismo senhorial para com os trabalhadores da fazenda, definindo a posse da terra como importante condição para conquista da autonomia. O interessante do relato é que, através da linguagem do paternalismo – em que o senhor “deu” a terra para a família que trabalhava – tem-se um sentido de justiça alcançado pela intervenção do governo e da Lei Áurea que teria forçado o reconhecimento de uma situação de fato, eles “trabalhavam de graça” e mereciam uma posição social diferente que a escravidão.

Em *Memórias do Cativo* (2005), Hebe Mattos e Ana Lugão discutem a construção de uma cidadania negra no Segundo Império. As leis abolicionistas construídas de forma lenta, com o reconhecimento do direito de propriedade dos senhores e com muitas crises políticas devido ao movimento abolicionista, às revoltas escravas e ao medo da “desordem social”, também significaram o reconhecimento de alguns direitos para as famílias constituídas no seio da estrutura social escravista – como o direito de não terem os filhos separados de suas mães e a possibilidade de construir pecúlio para compra da manumissão. A intervenção do poder público na ordem senhorial enfraquecia as relações de dependência e criava oportunidades para que os escravizados conquistassem direitos que eram tecidos a partir da linguagem paternalista da dependência com os senhores e com a autoridade pública imperial. No caso de Dona Marcolina, ela guarda a lembrança familiar de que a avó que trabalhava na casa sede da fazenda teria recebido de papel (com “recibo”) o direito de posse da terra.

A lembrança do acesso à terra e à condição de sitiante na vida de Marcolina é importante por ela ter permanecido no meio rural, como seus pais – Tito de Souza era costureiro e pintor e sua mãe era lavradora, sendo uma primeira geração afrodescendente que vivenciou a situação de cidadania do pós-abolição na configuração de São Gonçalo e da Fazenda Engenho Novo. Assim como os pais e a família de Alfredo Silva, destaca-se as credenciais paternas como trabalhador – costureiro, pintor e lavrador – e da avó, que trabalhava na casa do Coronel Serrado, para a construção de espaços de autonomia no pós-abolição. E também diferente de outras famílias da região que migraram para outras localidades, Marcolina demarcou essa memória familiar de fixação na região como uma narrativa que justifica sua luta para melhora das condições de vida na localidade e o reconhecimento do direito à terra.

Na segunda metade do século XX, Marcolina se destacou como liderança política local, atuando como cabo eleitoral de alguns prefeitos e como professora que foi responsável pela conquista de um bem público importante para a comunidade – a escola estadual. Na mudança da estrutura social e urbanização de São Gonçalo na segunda metade do século XX, que afetou a região da Fazenda Engenho Novo através do loteamento, ela se reinventou, preservando a memória de antiga moradora, como descendente de uma bisavó escravizada que teria conquistado a liberdade e o direito a permanecer na localidade com direito a terra, e lutando pela melhoria da região de Monjolos. Ela percebia que “as mães tinham necessidade de trabalhar e deixavam os filhos com qualquer um” e que o acesso à educação melhoraria a condição de vida na localidade, bem como a fixação da população na região, e só ocorreria se houvesse uma escola que fosse próxima ao lugar de moradia (ALEXANDRINA SILVA, 2021 a).

Nos anos 1960, Marcolina entrou em negociação política com Balthazar Serrado, filho do coronel Serrado, para doar as terras para que o poder público instalasse o Colégio Estadual Coronel Serrado, inaugurado em 29 de outubro de 1966. Em seu relato, conta-se que Balthazar Serrado estimava seu pai Tito Correa de Souza, e que por isso foi importante para que se reconhecesse a demanda da professora e se fizesse a doação de um terreno a poder público, visando a construção da escola (ALEXANDRINA SILVA, 2021 a). Em 2000, por intervenção e luta dela, também foi criada a Creche Comunitária da Marcolina. A luta de Marcolina, assim como a de Alfredo Silva, tinha como propósito reconhecer os direitos de moradia e cidadania na localidade. No arquivo familiar de Marcolina, há essa fotografia abaixo, além de suas inscrições

na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro como professora primária em 1968 – fato social que marca sua trajetória e identidade social.

Figura 1



Legenda: Creche Comunitária de Marcolina

Fonte: Fotografia. Creche Comunitária da Marcolina, 2000. ARQUIVO PESSOAL DE MARCOLINA ALEXANDRINA DA SILVA.

A fotografia tirada na frente da creche marca uma homenagem e a trajetória de luta de Marcolina como professora primária na localidade, formando e alfabetizando inúmeros moradores da localidade. Tirada de maneira frontal, com a professora e liderança comunitária no centro do enquadramento, o equipamento público e a personalidade de Dona Marcolina se misturam na significação da imagem. Guardada no arquivo da família, junto com outras fotos comemorativas de eventos importantes, a fotografia expressa o reconhecimento do papel político de Marcolina como ativista e professora; e, na localidade, a escola acima é reconhecida como a “Creche da Tia Marcolina”, uma designação popular distinta do nome oficial para o equipamento público.

Em ambos os casos analisados, evidencia-se que a memória dos afrodescendentes na Fazenda Engenho Novo constituiu-se a partir de diálogos com as lembranças do cativo e liberdade. Ela ganha significado na vida familiar para afirmar posições e direitos de cidadania conquistados a partir da linguagem do paternalismo senhorial ressignificado, e através de sentidos

que expressam o orgulho de se constituir uma família negra nas memórias da Fazenda Engenho Novo. Além disso, as narrativas dos dois personagens identificados como guardiães da memória local e da origem afrodescendente, também se mistura às lembranças da conquista do direito à terra e do acesso à educação. Diferente do senso comum, que reitera a vivência do pós-abolição através da grande migração para as cidades mais desenvolvidas, gerando problemas sociais, as memórias negras evidenciam uma agência e negociação das condições de liberdade e autonomia em arranjos variados, que merecem ser investigados para se compreender o processo de construção da cidadania no final do século XIX e ao longo do século XX.

Essas vozes e narrativas dos afrodescendentes têm pouca evidência nas escritas da história elaborada pelos memorialistas de São Gonçalo. Eles estabeleceram uma imagem da cidade à luz de uma memória senhorial e aristocrática do passado e das vidas na fazenda no interior fluminense. Obras de memorialistas como *São Gonçalo cinquentenário: História, Geografia, estatística (1940)*, de Luiz Palmier, e *História de São Gonçalo (1968)*, de Homero Thomaz Guião Filho, consagraram uma narrativa laudatória em relação aos feitos da aristocracia rural gonçalense e encontram ecos na memória e história local que não reconhece a vida e luta dos lavradores e afrodescendentes. A História Oral é fundamental para o estabelecimento de narrativas plurais sobre a história social do município, rompendo com os enquadramentos de uma história oficial.

3. Considerações Finais

As entrevistas de História Oral de Alfredo Pinheiro da Silva e Marcolina Alexandrina da Silva concedida ao Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo estabeleceu uma relação entre as trajetórias das famílias afrodescendentes na localidade e a construção de sua de autonomia. Nesse sentido, observa-se uma oralidade que faz referência ao paternalismo senhorial, do Barão de São Gonçalo e do Coronel Serrado, requalificado no reconhecimento da condição de liberdade, sitiante e lavradores na região. Como observou Hebe Mattos (2013), ao analisar o sul fluminense, a história dessas famílias coloca em evidência uma perspectiva distinta daquela narrada e analisada por Florestan Fernandes, que fala da marginalização urbana dos negros no contexto de pós-abolição. Ainda que seja uma cidadania subordinada e encapsulada pela configuração da opressão e dependência estabelecida com as elites no meio rural, deve-se ressaltar

os outros repertórios e estratégias de sobrevivência constituídos pelos negros nessa conjuntura, relendo o paternalismo para afirmar direitos costumeiros e a conquista da liberdade.

Através de uma memória da conquista da liberdade e de uma posição social que negociava com o paternalismo senhorial as condições de vida e cidadania no meio rural fluminense, temos histórias e narrativas distintas. Paul Gilroy, em *O Atlântico Negro* (2012), salienta que as diásporas e histórias dos afrodescendentes não são fixas em apenas uma identidade ou representação da negritude; elas são plurais, dialogando com contextos e conjunturas nacionais e regionais próprias, podendo inclusive se estruturar em linguagens políticas específicas e distintas. A negritude como um “significante aberto”, evidencia que não “há nenhuma ideia unitária de comunidade negra, e as tendências autoritárias dos que policiariam a expressão cultural negra em nome de sua própria história ou prioridades particulares são corretamente repudiadas” (GILROY, 2012: p.87). Na Fazenda Engenho Novo, as famílias afrodescendentes traçaram vidas e perspectivas distintas, vivenciando relações de dependência e tensão com a linguagem do paternalismo no jogo político local e nas estratégias para sobrevivência e conquista da autonomia no pós-abolição. Ana Lugão e Hebe Mattos (2005) observaram que as memórias do tempo da escravidão são traçadas pelas famílias de afrodescendentes a partir de referências comuns de um tempo de “cativeiro” e “liberdade”, em que a memória da opressão mescla-se com a lembrança da conquista da autonomia – condição que tem significado plural na identidade social dos trabalhadores negros.

Além disso, essa oralidade de uma segunda geração de famílias negras no pós-abolição indica caminhos distintos para a conquista da autonomia e cidadania. Alfredo Pinheiro da Silva evidencia a importância de sua memória familiar para demarcar o direito à terra, nos diferentes conflitos e luta pela reforma agrária. Marcolina Alexandrina Silva vai se destacar ainda como professora e na reivindicação de uma escola e creche para melhora da condição de vida da população na localidade. Assim, as entrevistas de História Oral da Fazenda Engenho Novo demarcam diferentes temporalidades sociais e políticas dos afrodescendentes na conquista de seus direitos e autonomia ao longo dos séculos XIX e XX.

Referências

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar – textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra & Voz, 2016. p.47-56.
- ABREU, Martha, MATTOS, Hebe. Lugares do tráfico, lugares de memória: novos quilombos, patrimônio cultural e direito à reparação. In: MATTOS, Hebe (org.). *Diáspora Negra e lugares de memória – a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial*. Niterói: Editora Uff, 2013. p.107-121.
- AZEVEDO, Cristiane Valladares de. Agricultura, Memória e Paisagem: as perspectivas de construção de novas ruralidades no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015
- BARBOSA, Muryatan Santana. A perspectiva africana na História Geral da África (Unesco). *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.24, n.3, Set./Dez.2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 26 abr.2022.
- BRASIL. Lei nº 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: [planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em 26 abr.2022.
- COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). *Topoi*, Rio de Janeiro, v.16, n.30, p.101-126, jan./jun.2015.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Editora SENAC, 2019.
- FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria, ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra & Voz, 2016. p.57-71.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. 2ª ed. – São Paulo: Ed.34, 2013.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 3. ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GOMES, Flávio, NEGRO, Antonio Luigi. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho, *Tempo Social*. vol. 18, n.1 São Paulo, junho de 2006.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. 2ª ed. - São Paulo: ed.34, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª ed. - São Paulo: Centauro, 2013.
- HALEY, Alex. História negra, história oral e genealogia. *História Oral*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, p.195-217, jan./jun.2021.

- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. 3ª ed. - Campinas: Unicamp, 2013.
- MATTOS, Hebe (org.). *Diáspora Negra e lugares de memória – a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos no Brasil imperial*. Niterói: Editora Uff, 2013 a.
- MATTOS, Hebe (org.). *História Oral e comunidade – reparações e culturas negras*. São Paulo: Letra & Voz, 2016.
- MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo – fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: Edufscar, 2016.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.6, p.259-265, 1982.
- NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, Populismo e História social. *Caderno AEL*, Campinas, vol.11, n.20/21, 2004.
- OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Zózimo Bulbul: a prática de história oral no Centenário da Abolição (1988) e a história de vida de um artista negro. *História Oral*, n.21, 2021.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. Trajetórias e desafios no percurso da história oral brasileira. In: SANTHIAGO, Ricardo, MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (org.). *Depois da utopia – história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e Voz, 2013.
- PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário: História, Geografia, Estatística*. São Gonçalo: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1940.
- GUIÃO FILHO, Homero Thomaz. *História de São Gonçalo*. São Gonçalo, 1968.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p.3-16, 1989.
- POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, nº 10, p.200-216, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- RATTS, Alex. *Eu sou atlântica – sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- RIOS, Ana Lugão, MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo – família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SILVESTRO, Marione Meirelles. *Joaquim Serrado Pereira da Silva – Um Português Idealista em Terras Gonçalenses*. Niterói (RJ): UNICOP, 2007.
- SMITH, Richard Cândida. *Circuitos de subjetividade: história oral, o acervo e as artes*. SP: Letra & Voz, 2012.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- THOMPSON, P. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Fontes

SILVA, Alfredo Pinheiro. Entrevista ao Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo (mediada por Daiana Sousa Santiago e Marcelo Iname Monção, em 4 ago.2021; vídeo, 120 min.). Rio de Janeiro, 2021.

ALEXANDRINA DA SILVA, Marcolina. Entrevista ao Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo (mediada por Juliana dos Santos Duarte Bernardo, Daniele Gonçalves Fontoura e Naila Regina da Silva Martins em 13 jan.2021; áudio, 50 min). Rio de Janeiro, 2021 a.

ALEXANDRINA DA SILVA, Marcolina. Entrevista ao Movimento Ocupa Fazenda Engenho Novo (mediada por Daiana Sousa Santiago e Daniele Gonçalves Fontoura em 13 set.2021; vídeo, 50 min). Rio de Janeiro, 2021 b.

CARTA ao Sr. Silvestre, em 18/05/1938. ARQUIVO PESSOAL DE ALFREDO PINHEIRO DA SILVA.

Fotografia Creche Comunitária da Marcolina, 2000. ARQUIVO PESSOAL DE MARCOLINA ALEXANDRINA DA SILVA.

Sobre os autores:

Daiana Sousa Santiago: Licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER) do CEFET-RJ. Entre 2014 e 2016, esteve no projeto do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, vinculado ao Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade, do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Atua como professora e pesquisadora no movimento social Ocupa Fazenda Engenho Novo.

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira: Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação de Relações Étnico-Raciais do Centro Federal Tecnológico Celso Suckow. Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas; Mestre, Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Artigo recebido para publicação em: 10 de janeiro de 2022.

Artigo aprovado para publicação em: 27 de abril de 2022.

Como citar:

SANTIAGO, Daiana Sousa; OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Fazenda Engenho Novo: História Oral e memória negra na cidade de São Gonçalo. *Revista Transversos*. Dossiê: Escravidão e liberdade no Brasil Independente. Rio de Janeiro, n.º. 24, 2022. pp. 120-142. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/64555>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2022.64555

